

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : ERIKA CECILIA FERREYRA RAMIREZ MOURA
AGRAVANTE : CAMILA MARTINS GALVAO
AGRAVANTE : FRANCISCA SUERDA BEZERRA ULISSES
ADVOGADOS : LEANDRO DUARTE VASQUES E OUTRO(S) -
CE010698
ANTONIO DE HOLANDA CAVALCANTE
SEGUNDO - CE021999
BEATRIZ FONTELES GOMES PINHEIRO -
CE019741
AFONSO ROBERTO MENDES BELARMINO -
CE025465
CAIO ANDERSON DA SILVA DANTAS - CE021263
SELEDON DANTAS DE OLIVEIRA JUNIOR -
CE025614
ANA ANITA CARNEIRO LOBO - CE025773
JESSICA PAIVA DE ALBUQUERQUE - CE035453
AGRAVADO : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : GIOVANA LOPES DO NASCIMENTO SILVA -
CE014716
PROCURADOR DANIEL MAIA TEIXEIRA - CE017118B

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 219, 1.003, § 5º, E 1.070 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO POR AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.003, § 6º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno e ao Agravo em Recurso Especial, embora o Recurso Especial esteja sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - É intempestivo o Agravo em Recurso Especial interposto fora do prazo de quinze dias previsto nos arts. 219, 1.003, § 5º, e 1.070, todos do estatuto processual civil de 2015.

III - Nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, o recorrente provará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, não se admitindo a comprovação

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019 posterior. Precedentes da Corte Especial e das Turmas componentes da 1ª e 2ª Seção.

IV – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI – Agravo Interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora